



<http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2024.1.45952>

## SEÇÃO LIVRE

## **“Estas são plantas indígenas”: circulação de saberes sobre a flora na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)**

*“These are indigenous plants”: circulation of knowledge about flora in the philosophical journey of Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)*

*“Estas son plantas autóctonas”: circulación de conocimientos sobre la flora en el viaje filosófico de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)*

**Gabriela Berthou de Almeida<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-8639-3989](https://orcid.org/0000-0002-8639-3989)  
[gabrielaberthou@fn.uespi.br](mailto:gabrielaberthou@fn.uespi.br)

**Recebido em:** 25 mar. 2024.  
**Aprovado em:** 13 abr. 2024.  
**Publicado em:** 11 jul. 2024.

**Resumo:** O artigo visa demarcar o acervo de conhecimentos indígenas sobre as plantas presentes na documentação produzida na viagem filosófica do naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira pela Amazônia colonial portuguesa (1783-1792). A expedição científica percorreu os territórios das capitanias do Pará, São José do Rio Negro e Mato Grosso e Cuiabá e teve entre os seus objetivos inventariar a flora, a fauna, os minerais e as populações locais. Em campo, o naturalista recorreu aos saberes indígenas sobre as ervas, raízes, madeiras, palmeiras, procurando instrumentalizá-los para geração de riqueza para a Coroa portuguesa e/ou para a sobrevivência nos sertões. Os conhecimentos associados ao manejo indígena da natureza foram ainda incorporados aos interesses da história natural, em um momento em que a ciência moderna se estruturava com base na razão, observação e experimentação. Na arena historiográfica posta, dialoga-se com estudos interessados em pensar que o conhecimento científico ilustrado foi produzido a partir dos trânsitos/contactos recíprocos, embora marcados por relações de poder assimétricas, com sujeitos cuja pretensão era a de subalternizar.

**Palavras-chave:** saberes indígenas; plantas indígenas; história natural; viagem filosófica; Amazônia.

**Abstract:** This article aims to demarcate the collection of indigenous knowledge about plants present in the documentation produced on the philosophical journey of the Portuguese Brazilian naturalist Alexandre Rodrigues Ferreira through the Portuguese colonial Amazon (1783-1792). The scientific expedition covered the territories of the captaincies of Pará, São José do Rio Negro and Mato Grosso, and Cuiabá. One of its objectives was to inventory the flora, fauna, minerals, and local populations. In the field, the naturalist used indigenous knowledge about herbs, roots, wood, and palm trees, seeking to use them to generate wealth for the Portuguese Crown and/or for survival in the backlands. The knowledge associated with indigenous management of nature was also incorporated into the interests of natural history, at a time when modern science was structured based on reason, observation, and experimentation. In the historiographical arena, there is a dialogue with studies discussing the idea that illustrated scientific knowledge was produced from reciprocal transits/contacts, although marked by asymmetrical power relations, with subjects whose intention was to subjugate.

**Keywords:** indigenous knowledge; indigenous plants; natural history; philosophical journey; Amazon.

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo delimitar el acervo de conocimientos indígenas sobre plantas presentes en la documentación producida sobre el viaje filosófico del naturalista luso-brasileño Alexandre Rodrigues Ferreira a través de la Amazonia colonial portuguesa (1783-1792). La expedición científica cubrió los



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí, Floriano/Piauí, Brasil.

territorios de las capitánias de Pará, São José do Rio Negro y Mato Grosso y Cuiabá y uno de sus objetivos fue inventariar la flora, la fauna, los minerales y las poblaciones locales. En el campo, el naturalista utilizó conocimientos indígenas sobre hierbas, raíces, maderas y palmeiras, buscando utilizarlos para generar riqueza para la Corona portuguesa y/o para la supervivencia en el interior del país. Los conocimientos asociados al manejo indígena de la naturaleza también fueron incorporados a los intereses de la historia natural, en una época en la que la ciencia moderna se estructuraba sobre la base de la razón, la observación y la experimentación. En el ámbito historiográfico, se dialoga con estudios interesados en pensar que el conocimiento científico ilustrado se producía a partir de tránsitos/contactos recíprocos, aunque marcados por relaciones de poder asimétricas, con sujetos cuya intención era subordinar.

**Palabras clave:** conocimiento indígena; plantas autóctonas; história natural; viaje filosófico; Amazônia.

### Notas iniciais: uma rede invisibilizada de saberes e sujeitos

Os índios, como são os mais inteligentes práticos daquele continente, são também os melhores mestres para nos ensinar os nomes das plantas e seu uso (Vandelli, 2008b, p. 126).

Preocupado em instruir os naturalistas em trabalho de campo, etapa fundamental para coleta de informações e materiais para a construção de um inventário da natureza conforme almejado pela ciência setecentista, o professor de história natural da Universidade de Coimbra e um dos responsáveis por instruir e coordenar as primeiras viagens filosóficas financiadas por Portugal no Ultramar, Vandelli (2008b), ressaltou a necessária escuta dos saberes indígenas sobre as plantas. A recomendação era justificada por serem eles os mais inteligentes práticos nessa matéria, ou seja, os sujeitos "experimentados, versados, peritos" em seus ancestrais territórios (Bluteau, 1720, p. 674).

Além de identificar a classe, a ordem, o gênero e a espécie, bem como o nome do produto natural conforme o sistema artificial, seguindo a taxonomia proposta pelo naturalista sueco Carlos Lineu, o letrado com formação especializada de-

veria tomar nota das denominações feitas pelos "nacionais e inquirir juntamente o seu préstimo" (Vandelli, 2008b, p. 126). Os usos locais para cura, alimentação, tintura, construção, que se constituíam tendo como base um conhecimento profundo da floresta transmitido entre gerações e constantemente atualizado, deveriam ser igualmente anotados. O mesmo procedimento seria utilizado para os animais: nomes, modos de caça, empregos de peles e práticas alimentares seriam registrados textualmente.

A recorrência por parte dos agentes da colonização aos saberes indígenas sobre a natureza não era uma novidade. Desde o início da colonização, os europeus não podiam dispensar os modos de apreender o território, em particular nos sertões, bem como as informações sobre as gentes e o mundo natural dos seus mais antigos habitantes<sup>2</sup>. Através da prática, do uso e da elaboração de estratégias próprias para reconhecer os caminhos, as plantas e os animais, fazia-se circular conhecimentos acumulados a partir de um manejo indígena do mundo natural.

Para a antropóloga Glória Kok (2009), a "cartografia indígena" foi indispensável para mapear e interiorizar o continente americano. Interessada em perceber as técnicas e estratégias para transitar pelo sertão da capitania de São Paulo, a autora assegurou que os povos originários "foram imprescindíveis no que se refere a fornecer informações detalhadas não só sobre a topografia e a geografia, bem como outros conhecimentos, necessários à elaboração de mapas, esboços, técnicas de representação e orientação nos caminhos terrestres e fluviais" (Kok, 2009, p. 91).

O mesmo pode ser dito em relação às plantas. Os saberes e usos – que iam desde alimentação, cura, construção até as empregadas em rituais – chamaram atenção dos europeus desde os primeiros contatos. Xamãs, pajés e anciões eram "enciclopédias de ervas, cipós, cascas, sementes de frutas e tantas outras substâncias vegetais

<sup>2</sup> Para uma discussão acerca dos significados dos sertões na América portuguesa, ver Amado (1999). Sobre o sertão da Amazônia entre os séculos XVII e XVIII, Pompeu e Viana (2020) destacaram que se tratava de um ambiente multifacetado. Ao procurar compreender o conjunto de projetos e práticas de sujeitos, interpretam o sertão para além do "lugar em si". Com foco nos aspectos da vida militar e econômica, os autores verificaram que o sertão amazônico estava "ligado às interações de práticas especificamente construídas pelo domínio da vida na floresta", só podendo "ser lido e visto sob a ótica das pessoas que fizeram dele a sua vida" (Pompeu; Viana, 2020, p. 272).

encontradas nas diferentes florestas brasileiras" (Apolinário, 2013, p. 202). Em expansão entre os séculos XVIII e XIX, os estudos "que objetivavam a ampliação da história natural em toda a Europa, especialmente o domínio sobre as virtudes dos vegetais e as formas de uso, só foram possíveis com os informantes indígenas de diferentes etnias" (Apolinário, 2013, p. 182).

Se, ao longo de todo o período colonial, os saberes indígenas se fizeram presentes em relatos de sujeitos que percorreram e se instalaram na América, eles também foram fundamentais no processo de construção do conhecimento científico setecentista. Por outro lado, expressando uma pretensa superioridade dos europeus, característica do discurso da ciência da época, tais conhecimentos não tiveram centralidade em textos, publicados ou não, que circularam no mundo das letras e da administração colonial europeia e luso-brasileira. Existe, portanto, uma rede invisível ou invisibilizada – não somente nas fontes, mas também em parte das narrativas historiográficas – em materiais produzidos por naturalistas que percorreram a América portuguesa e o Brasil independente (Antunes, 2015).

Em relação ao mundo vegetal, há, atualmente, pesquisadoras(es) comprometidas(os) com a demarcação da presença indígena na construção de redes de informação e circulação de espécies que operaram em uma escala global na época moderna. Sanjad, Pataca e Santos (2021, p. 15), por exemplo, procuraram demarcar as "elisões" dos conhecimentos indígenas vislumbradas nos processos de tradução/transferência de conhecimento e do acréscimo de novas camadas de informação e formas de classificação das plantas na segunda metade do século XVIII.

Ao refletirem sobre a viagem filosófica coordenada pelo naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, Domingues e Alves-Melo (2021) destacaram que as relações estabelecidas

com os povos indígenas e demais práticos locais (em sua maioria, não brancos) foram decisivas no levantamento de informações sobre a natureza. Como observaram:

[...] nalguns casos, mais do que trocas, constatamos que existe uma apropriação dos saberes locais amazônicos pela ciência portuguesa setecentista, a que podemos ainda somar a redução ao anonimato de uma categoria específica destes colaboradores (Domingues; Alves-Melo, 2021, p. 161).

O trecho utilizado no título deste artigo – "estas são plantas indígenas" – faz parte do diário de viagem de Rodrigues Ferreira na capitania do Rio Negro. Em seus relatos, o naturalista insistiu na importância de se conhecer tais plantas, as "trazendo para mais perto de nós", pois "nenhuma admiração causalvamos], se vivem dentro do mesmo país" (Ferreira, 2007, p. 122). A proposta é evidenciar outros fragmentos dispersos nas fontes que, em conjunto, permitem pensar que o trato indígena das plantas foi registrado a partir de seu potencial econômico, das necessidades de sobrevivência nos sertões e dos interesses de classificação da história natural. Um dos argumentos que mobilizamos é que, embora o naturalista classificasse os povos originários como rudes e com a "razão pouco iluminada", os diferentes usos e nomeações indígenas foram imprescindíveis para a identificação da diversidade da flora da Amazônia<sup>3</sup>.

### Circulação de saberes na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira

Segundo o historiador da ciência Kapil Raj (2015), o conhecimento científico se constitui circulando e a partir de encontros entre sociedades distintas, e não se disseminando de um local para o outro. Muito do que se pensa ser ciência europeia foi, na verdade, constituído nas margens, a partir do contato entre culturas. Desse modo, o conhecimento científico não

<sup>3</sup> "A expressão Amazônia brasileira foi criada no século XX para definir certas áreas do norte do Brasil, supostamente detentora das mesmas características físicas e socioculturais, e que abrangeria mais de 40% do atual território nacional brasileiro" (Cardoso, 2017, p. 45). A adoção para abordar um contexto histórico mais recuado no tempo tem potencial explicativo, uma vez que sinaliza para o reconhecimento de características semelhantes que deram origem a um projeto articulado e específico de colonização. Posto isto, por Amazônia colonial portuguesa entende-se uma vasta e heterogênea região do norte da América portuguesa, independente do ponto de vista administrativo do estado do Brasil até o século XIX, e denominada de diferentes modos ao longo do período colonial (Chambouleyron, 2019; Chambouleyron; Souza Júnior, 2016; Sampaio, 2003).

deve ser entendido como "resultado de trocas e acomodações intra-europeias, mas, mais do que isso, de trocas ativas, se bem que inscritas em relações de poder assimétricas, com as culturas científicas e técnicas de outros continentes" (Raj, 2015, p. 157).

Um dos desafios consiste em mapear a polifonia de vozes que permeia os discursos da ciência, quando os registros históricos foram produzidos por sujeitos despreocupados em dar créditos às informações compartilhadas por populações não europeias, em particular as nativas da América e da África. Uma das principais premissas do iluminismo consistia na averiguação e comprovação feitas por sujeitos com formação especializada e inseridos nos espaços universitários, nas sociedades e academias. A razão, ainda que comum aos seres humanos, era cultivada por alguns, os "sábios", o que, segundo a visão da época, os alçava a um patamar distinto dos homens e mulheres excluídos do mundo das letras.

Posto isto, embora fosse reconhecida a necessidade de se recorrer aos conhecimentos dos habitantes mais antigos dos territórios percorridos, nem sempre isso aparece de forma evidente nos registros que chegam até nós. Como pontuou Lara (2007, p. 25), "os nexos que formam um período histórico estão presentes também no movimento que dá origem às próprias fontes da história". Se a maior parte dos documentos produzidos no período colonial foi escrita por sujeitos comprometidos com o ideário de exploração e violência colonial, os estudos historiográficos já demonstraram que essa não é a única perspectiva a ser abordada: "trabalhando no interior desses limites e lidando com os filtros das fontes é possível apreender as tensões presentes em situações nas quais as desigualdades sociais e as diferenças culturais estavam profundamente imbricadas" (Lara, 2007, p. 26).

Lidas a partir desse ângulo, as viagens filosóficas setecentistas, impulsionadas pelas transformações científicas do século das luzes, nos legaram importantes documentos para apreender as diferentes camadas de conhecimentos que conformam o discurso da ciência. Pratt (1999,

p. 27) chamou atenção para as zonas de contato – "espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações bastante assimétricas de dominação e subordinação" – formadas em expedições realizadas na América, na África e na Ásia.

As viagens filosóficas eram empreendidas por homens de ciência formados nas universidades europeias e que consideravam "que a *felicidade do gênero humano* depende da elaboração de um inventário do mundo e da intensiva utilização dos produtos naturais" (Kury, 2008, p. 75, grifo da autora). No ideário iluminista, ciência, economia e política não eram vistas como esferas separadas. Além de carregar objetivos propriamente científicos, como a nomeação e o reconhecimento de espécies de plantas e animais, as viagens filosóficas se mantinham alinhadas aos interesses coloniais e ao utilitarismo exploratório, em alguns casos, com roupagem conservacionista, da natureza e dos seres humanos.

A observação e a experiência, garantidas pela descrição *in loco*, eram condições indispensáveis para a construção de uma narrativa científica digna de crédito. Por isso, as viagens passaram a ser caracterizadas, em sua preparação e realização, por regras e premissas bem-definidas, as quais almejavam uma universalização de procedimentos. A história natural, como um campo do saber amplo que abarcava a botânica, a zoologia e a mineralogia, congregava a maior parte do arcabouço intelectual necessário para a construção de um inventário da natureza.

As ideias e a atuação de Carlos Lineu expressavam os interesses de sistematização da natureza a partir da definição de premissas universais, o que era imprescindível para conectar as produções de letrados advindas de locais diversos. O naturalista sueco atuou na estruturação da concepção moderna de "economia da natureza", ou seja, a perspectiva de que as diferentes dimensões do mundo natural se conectavam e tendiam ao equilíbrio. A publicação de sua obra intitulada *Sistema da natureza*, em 1735, pode ser concebida como um marco no campo da

história natural por ter proposto um sistema de classificação e descrição da natureza universalizante. Além da instituição de uma taxonomia a ser rigorosamente seguida, a nomeação binominal e em latim evitaria confusões de traduções e de sobreposições ao identificar uma família, gênero ou espécie da flora ou fauna.

Domingos Vandelli manteve uma ativa rede de correspondência com Lineu e foi um dos responsáveis por introduzir a obra do naturalista sueco em Portugal, tomando-a como obrigatória na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra<sup>4</sup>. Teve ainda papel-chave para fazer prevalecer no universo lusitano uma concepção de história natural que associava a feitura de um inventário da natureza com "um sentido econômico". Vandelli colaborou, desse modo, para consolidar uma perspectiva sobre a natureza que a interligava à exploração econômica, associada às dinâmicas coloniais.

No período em que esteve à frente do Real Museu e do Jardim Botânico, anexos ao Palácio da Ajuda, Vandelli comandou um ambicioso projeto para a produção da história natural das colônias, através da supervisão das expedições – entre elas, a de Alexandre Rodrigues Ferreira – realizadas por naturalistas em regiões ainda pouco exploradas da América e da África portuguesas (Simon, 1983). O complexo científico e museológico foi espaço de treinamento dos primeiros naturalistas régios e o local de recepção dos exemplares e de informações sobre os produtos naturais (Brigola, 2019).

Em conexão com outros reinos europeus, tais como Inglaterra e França, o modelo colonial português abriu lugar a novas estratégias de poder, sendo as redes de informações sobre a natureza tomadas como parte integrante das rotinas administrativas e utilizadas na elaboração de estratégias de exploração econômica e

humana (Kury, 2004). O caráter utilitário agregado aos estudos do mundo natural não era uma característica apenas do mundo ibérico. No caso inglês, por exemplo, tendo como centro o Real Jardim Botânico de Kew, situado em Londres, entremeava-se conhecimento científico, aclimação de espécies de plantas de diferentes partes do globo e comércio colonial (Drayton, 2000).

Os investimentos na história natural, com destaque para a botânica e a agricultura, passaram a ser vislumbrados como uma estratégia para "reestabelecer a economia, debilitada pela queda na produção de metais preciosos" (Raminelli, 2008, p. 218). Era ainda vislumbrada a necessidade de incorporar áreas pouco exploradas ou em disputa no ultramar. Os embates para a definição das fronteiras entre os domínios da Espanha e Portugal na América, os quais eram tensionados por demandas locais, foram constantes no período colonial e se intensificaram no setecentos. Embora grande parte das disputas se manifestassem em "processos complexos de apropriação desenvolvidos por centenas de indivíduos em milhares de interações diárias" (Herzog, 2018, p. 26), a assinatura de tratados representou tentativas formais de promover a territorialização do poder colonial, sobretudo nos sertões.

Em 1777, foi assinado o *Tratado de Santo Ildefonso* e foram instituídas comissões de demarcação de ambos os lados. A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira na Amazônia esteve conectada com a demarcação das fronteiras. O próprio Vandelli (2008a, p. 85) afirmava que, ao ter notícia da comissão de demarcação composta por matemáticos e engenheiros, "veio logo ao pensamento a grande utilidade que se seguiria ao Estado e à nação se mandassem também alguns naturalistas de profissão". Enquanto os matemáticos calculariam "as alturas, latitudes e longitudes, os naturalistas podem seguramente

<sup>4</sup> Em Coimbra, as aulas de filosofia, antes consideradas preparatórias para o ingresso no ensino superior, foram transformadas em faculdade no contexto das reformas pombalinas. Para Fonseca e Araújo (2017, p. 7), a reestruturação universitária foi um momento de "institucionalização de um modelo de conhecimento, de matriz racional, experimental e instrumental". Dentre os principais objetivos da recém-criada Faculdade de Filosofia, destacavam-se os de "formar filósofos dignos das luzes do século e oferecer lições subsidiárias aos demais alunos coimbrãs". O curso superior deveria abarcar os estudos da filosofia racional e moral e da filosofia natural, com destaque para o da história natural. Prevvia-se que os profissionais ali formados deveriam ser incorporados aos quadros da monarquia, como naturalistas régios, intendentess de agricultura, de fábricas, do ouro. Desse modo, a reforma universitária esteve associada aos projetos de reordenamento político e econômico do Império português, levado a cabo a partir do reinado de Dom José I.

determinar a vantagem que se segue à nação da demarcação, conhecendo e relatando as verdadeiras riquezas dos terrenos que se tocam" (Vandelli, 2008a, p. 86). Descobririam ainda novos ramos do comércio, o que, somado ao inventário da natureza, ajudaria os demarcadores na "divisão mais útil e proveitosa ao Estado, talvez aproveitando o que foi ignorado à outra parte" (Vandelli, 2008a, p. 86).

A expedição de Rodrigues Ferreira foi uma das principais do período e teve entre os seus resultados uma mudança de patamar do que se conhecia até então no mundo letrado sobre a natureza amazônica (Domingues, 1991; Pataca, 2006, 2015; Raminelli, 1998, 2008). Por ocupar um espaço central no universo científico lusitano, a botânica representou a maior parte do acervo constituído a partir da viagem: "levando-se em consideração as memórias, diários, herbários e estampas, há cerca de 3.900 referências a plantas amazônicas, demonstrando o nítido interesse da expedição pela flora" (Raminelli, 2008, p. 217).

Junto com o jardineiro botânico Agostinho do Cabo, os desenhistas José Codina e José Joaquim Freire, os indígenas preparadores Cipriano de Souza e José da Silva (Almeida, 2022) e inúmeros remeiros e pilotos indígenas, o naturalista percorreu por quase uma década as capitânicas do Pará, São José do Rio Negro e Mato Grosso e Cuiabá.

Se ele trazia consigo objetivos e uma "grade de pensamento" previamente estabelecidos, ao longo dos deslocamentos era tensionado por questões de múltiplas ordens que impactavam diretamente os resultados alcançados. De início, para a viagem ocorrer, era preciso construir uma rede de apoio local. Administradores e demais agentes coloniais instalados nas regiões percorridas eram responsáveis por alojar o naturalista e a sua equipe, garantir equipamentos, embarcações, pessoal, alimentos, medicamentos e informações.

Entretanto, eles não foram os únicos a desempenhar papéis-chave para a concretização do trabalho de campo. No caso das viagens realizadas na América, os povos nativos foram, como dissemos, indispensáveis para a circulação pelo território e para o mapeamento da natureza.

Desse modo, eles não foram somente a mão de obra disponível nas localidades, mas também protagonistas no processo de coleta e sistematização de conhecimentos sobre a natureza e os territórios. Rodrigues Ferreira registrou textualmente tanto os seus saberes de experiência, os quais se mostravam indispensáveis para a circulação e sobrevivência nos sertões, quanto os que abriam um intercâmbio direto com a produção da ciência europeia, por exemplo, a botânica e a medicina. Passemos a refletir sobre casos específicos presentes nas fontes que corroboram a ideia de que os conhecimentos indígenas foram fundamentais para o reconhecimento da diversidade da flora da Amazônia.

### **"No sertão é que se dão e do sertão as recolhemos": plantas indígenas que curam**

Alexandre Rodrigues Ferreira seguiu a instrução de Domingos Vandelli a respeito do registro dos conhecimentos indígenas acerca das plantas. O naturalista coletava informações com terceiros, observava as práticas locais e se colocava em contato direto com os povos indígenas, tornando-os interlocutores. A título de exemplo, citamos o conhecido encontro dele com um indígena da nação Macuxi. Ao ver o letrado a riscar um mapa de população que ele supôs ser o rio branco, lançou mão de um bastão "e com a ponta pôs-se a riscar na areia do pavimento uma encadeação de grandes e pequenos rios" (Ferreira, 1972, p. 93). O indígena demarcou as cordilheiras, a fortaleza de São Joaquim e as aldeias situadas em suas adjacências. Sem nada acrescentar, o naturalista transcreveu os riscos para o papel e remeteu ao governador e outras autoridades.

Outro exemplo foi a relação estabelecida por Rodrigues Ferreira com o indígena Severino dos Santos, sargento-mor da ordenança da vila de Monforte. Com mais de setenta anos, Severino foi descrito como "suficientemente versado nas coisas do país", falava português e sabia ler e escrever. Era o que fazia com que não tivesse "nenhum escrúpulo" para subscrever as informações que lhe forneceu sobre a Ilha Grande de Joanes e sua população em diferentes períodos

da história (Domingues; Alves-Melo, 2021, p.170-171). Estabelecia-se, desse modo, uma complexa relação com os povos indígenas que oscilava entre a crença em seus saberes e a desqualificação das suas capacidades intelectuais.

Em diálogo com os teóricos do período, tais como Lineu e Robertson, Ferreira (1790) produziu, ainda enquanto estava na América, as *Observações gerais e particulares sobre a classe dos mamíferos observadas nos três rios, Amazonas, Negro e da Madeira*. Datada de 1790, é a sua principal produção acerca do homem americano, o qual denominou, de forma genérica, de "índio tapuia". Além de apontar as diferenças relacionadas ao local de nascimento, características físicas, cor da pele, costumes e alimentação entre europeus, asiáticos, africanos e indígenas, escreveu que este último grupo se distinguia "no exercício da potência e faculdade intelectual" (Ferreira, 1790, p. 75).

Sobre a sua razão, "não é mais iluminada nem mais previdente que o instinto dos animais", afirmava Ferreira (1972, p. 87). O naturalista não colocava em dúvida a humanidade dos indígenas, os quais não deveriam ser considerados "menos gente do que nós", mas afirmava que eles se encontravam em outro "estado da sociedade", estando mais próximos da civilização os que estabeleciam relações com os portugueses. Nesse sentido, o pensamento de Rodrigues Ferreira se somava aos discursos científicos do período que hierarquizavam os seres humanos a partir da ideia de que o homem-branco-europeu ocupava o topo da pirâmide civilizacional.

Ele conjugava escritos de outros letrados acerca das diferenças humanas, com as observações feitas *in loco*. Tal interesse resultou, além do mencionado documento, na escrita de memórias sobre as nações indígenas, na recolha de artefatos da cultura material (com destaque para as armas e produções que poderiam ser incorporadas ao comércio), na produção de desenhos e até mesmo na remessa do que os práticos lhes dissertam ser um cérebro humano da "cabeça de um índio, o qual foi achado entre os

muitos troféus que possuía o gentio Munduruku, que habita nos dois rios do Tapajós e do Xingu" (Ferreira, 1974, p. 63)<sup>5</sup>.

Numa perspectiva diversa da adotada pelo naturalista, é fundamental demarcar que um sujeito, ao compartilhar o que sabe sobre uma planta, um caminho, um rio, um obstáculo geográfico, um povo ou uma língua, não simplesmente responde às perguntas feitas pelo letrado. Não deve, portanto, ser apreendido como "vetor de transmissão" de informação bruta a ser lapidada e transformada em "saber erudito" por pessoa supostamente mais capacitada. As informações que compartilhavam já eram, em si, conhecimentos, os quais poderiam ser reelaborados em contato com outras ideias e formas de pensar. Podem, assim, ser interpretados como *go-between* ou intermediários, ou seja, como agentes que, de algum modo, atuavam conectando mundos, conhecimentos, experiências e técnica distintos (Raj, 2009).

Neste tópico, o objetivo é discutir a identificação e registro dos saberes indígenas sobre as plantas empregadas na cura, particularmente no tratamento para picada de cobras e outros animais venenosos. Carneiro (2009) analisou como o saber fitoterápico dos povos originários foi contemplado nas obras de médicos e naturalistas, entre eles, Guilherme Piso, para quem as estratégias de cura indígenas eram, em muitos casos, mais adequadas às demandas locais. Um dos temas no qual Piso lançou luz foi acerca do domínio indígena sobre os venenos e antídotos extraídos das plantas. Ele e seu companheiro astrônomo e cartógrafo Jorge MacGrave "registraram o curare, um poderoso paralisante muscular, usado nas pontas de flechas, e o timbó, usado nas pescas em rios e lagoas, onde adormece os peixes após ser dissolvido nas águas" (Carneiro, 2009, p. 54-55).

Rodrigues Ferreira trouxe, em sua bagagem, escritos de Jorge MacGrave e Guilherme Piso. Não era, evidentemente, somente nos livros que ele coletava as informações. Na notícia histórica da Ilha Grande de Joanes, registrou os usos, em

<sup>5</sup> Para aprofundar as reflexões acerca das narrativas classificatórias estruturadas por Alexandre Rodrigues Ferreira sobre os povos indígenas da Amazônia, indicamos: Almeida (2022), Ferreira (2023), Raminelli (1998, 2008), Raminelli e Silva (2014).

uma ilhota chamada dos Guajarás, de uma erva nomeada localmente como *mucuracaá*. A planta era empregada como "contraveneno [...] quando morder qualquer cobra ou outro bicho venenoso" (Ferreira, 1974, p. 69). O modo de utilizá-la era bebendo "o sumo da folha em quantidade que possa levar uma chávina" e repousando o bagaço da folha sobre o ferimento. O procedimento deveria ser adotado três vezes ao dia.

A *mucuracaá* tinha também um emprego ritualístico, o que demonstra que um mesmo vegetal poderia ter diferentes usos, não se restringindo à alimentação, à cura ou à construção. Segundo ouviu dizer, "contra os feitiços, muitos a costumam mastigar pela manhã, em jejum, só para se preservarem deles" (Ferreira, 1974, p. 77). Não conseguimos localizar remessa de exemplares da planta para Belém ou Lisboa, nem mesmo a tentativa da indicação de seu nome científico. Ao que parece, a *mucuracaá* permaneceu como uma breve menção dispersa na documentação. De todo modo, revela um uso indígena de uma espécie nomeada pela botânica como *Petiveria alliacea*, a qual se mantém presente até os dias atuais na medicina popular e em rituais dos povos indígenas da Amazônia.

O segundo caso figura entre os mais emblemáticos no que concerne à recorrência aos conhecimentos indígenas para a identificação de uma planta para cura e às suas apropriações em diferentes circuitos científicos. Em correspondência enviada ao governador e capitão general do estado do Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e transmitida ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o naturalista afirmava ter conhecimento da existência de muitas plantas úteis, que "no sertão é que se dão e do sertão as recolhemos" (Ferreira, 1786).

Para melhor proveito delas, era necessário cultivá-las nas proximidades das povoações portuguesas. Para tanto, bastava considerar que os vegetais "prosperam bem de baixo dos mesmos climas e em alturas correspondentes", o que seria apreendido comparando os terrenos "onde nascem com aquele para onde queremos transplantar" (Ferreira, 1786). Era amplamente conhecido o caso do cacau e o "quanto se tem propagado

pelas vizinhanças desta cidade" (Ferreira, 1786). Como ele, existiam outros exemplares da flora, tais como o puxury e o cravo fino.

O foco da carta não era, no entanto, nenhuma dessas plantas, e sim, uma que, "sem tantas averiguações", estava a "propagar-se nos quintais dos curiosos" (Ferreira, 1786). Tratava-se da *ayapana*, como era denominada na língua geral indígena, a qual o naturalista pressupôs ser "uma espécie de *Eupatorium de Lineo*". Embora tenha sido trazida do sertão e se multiplicado em Belém, "ainda ninguém lhe viu a flor". Segundo Santos (2021), talvez seja esse o motivo de ela ter sido desenhada sem as flores, um elemento fundamental para a sua identificação botânica a partir do sistema de Lineu, por um dos riscadores da expedição, Joaquim José Freire.

A *ayapana* era "usada pelos índios como antídoto ao veneno de algumas cobras" e para salvarem-se do "veneno das flechas que recebem dos inimigos" (Ferreira, 1786, p. xx). Em Belém, ficou conhecida como erva do ouvidor, pois o cabo de canoa Álvaro Sanches de Brito, depois de recolhê-la no sertão, entregou-a ao ouvidor geral Mathias José Ribeiro, responsável por distribuí-la entre os moradores. O primeiro a comprovar a sua eficácia "dizem ter sido o médico Bento Vieira Gomes" (Ferreira, 1786). A história contada localmente e registrada por Rodrigues Ferreira era um pouco mais longa. Envolvia uma mulher indígena e os saberes e usos de seu povo, sendo essa a parte da narrativa mais relevante ao nosso argumento.

O cabo de canoa Álvaro Sanches de Brito teve acesso ao potencial da *ayapana* graças à relação estabelecida com uma indígena. Ao indagá-la sobre o vegetal, obteve como resposta que, caso compartilhasse a informação, seria morta pelos "seus parentes logo que soubessem que ela a tinha dado ou ensinado qual era" (Ferreira, 1786). A única forma de ter a informação era se "ele a trouxesse consigo". O cabo concordou e a indígena "não faltou com a palavra porque meteu na canoa um cesto com terra, onde vinha disposta esta planta" (Ferreira, 1786, p. xx). Além de a mulher não ter sido nomeada, não há indicação da sua etnia,

nem mesmo do local em que o caminho do cabo de canoa cruzou com o dela. O escrito remete somente para a vaga ideia de que se tratava de uma planta originalmente do sertão.

Interessada em pensar no papel dos intermediários no trato e no comércio das plantas na América portuguesa, Almeida (2017) mapeou a instigante história de circulação da *ayapana* numa dimensão global. A autora identificou a planta sendo utilizada, também, por indígenas, para cura no sertão pernambucano. Em carta endereçada ao Ministro Ultramarino, em 1801, o capitão de milícias Manoel José da Silva Castro informou que:

José Joaquim Roiz "muito observador e prático dos sertões da capitania de Pernambuco, e de suas indígenas produções" conseguiu descobrir, transportar e trazer ao conhecimento de todos a preciosa erva chamada *ayapana* (Almeida, 2017, p. 230).

Na aldeia Badabuã, localizada nas margens do rio Piancó, o prático presenciou o tratamento eficaz de um "índio tapuio" acometido pelo mal de Lázaro. Houve dificuldade de acessar os segredos da cura, protegidos por indígenas mais velhos. Como no caso da indígena da Amazônia, há uma pactuação de não revelar os modos de manipulação da erva para sujeitos desconhecidos.

Almeida (2017) identificou que, com diferentes nomes, a mesma planta já era, a essa altura, utilizada na medicina asiática e tinha sido aclimada na Ile-de-France e na Ile de la Réunion. Diante dessa circulação global, a classificação e nomeação da *ayapana* tornou-se foco de disputas no universo letrado europeu. O botânico francês Etienne-Pierre Vantenat, em 1801, a denominou como *Eupatorium ayapana*, enquadrando-a no gênero *Eupatorium*. Dois anos depois, D. Rodrigo de Sousa Coutinho escreveu para Domingos Vandelli a fim de remeter os papéis que atestavam ser Alexandre Rodrigues Ferreira o primeiro a identificar o gênero da *ayapana*.

Santos (2023) aprofundou o mapeamento da circulação das informações sobre a *ayapana*, concedendo destaque aos seus usos na Amazônia. Além de demarcar o circuito da planta do sertão do Pará até Lisboa, o historiador concedeu des-

taque a outros escritos científicos europeus sobre ela. Identificou, desse modo, jornais franceses e ingleses que, no século XIX, dela trataram, sem fazer menção aos escritos de Rodrigues Ferreira. O autor mapeou ainda os desenhos botânicos da planta. Se no produzido por Joaquim José Freire ela apareceu sem as flores, ao longo do oitocentos passou a ser retratada em sua estrutura completa, a incluir a floração. Concordamos com uma importante conclusão de Santos (2023, p. 185), a saber:

[...] enquanto a *ayapana* ganhava o mundo, a origem da planta foi sendo apagada. Com exceção da primeira representação de Ferreira, nenhuma das fontes citadas mencionou o conhecimento indígena que fundamentou todo o processo.

Isso demonstra como a (re)leitura atenta de fontes possibilita tornar visível a presença indígena na construção de redes de conhecimentos sobre o mundo natural. Outros documentos da viagem filosófica corroboram o argumento de que os saberes indígenas e os diferentes usos locais se constituíram enquanto aspectos fundamentais no reconhecimento e classificação da diversidade da flora amazônica.

### "Cultura das plantas indígenas e exóticas" ou sobre as palmeiras do Pará e Rio Negro

O propósito central do tópico é abordar os escritos de Rodrigues Ferreira acerca das palmeiras existentes nas capitanias do Pará e São José do Rio Negro, as quais lhe foram apresentadas, a partir de diferentes características e usos, pelos indígenas e práticos. Uma reflexão específica sobre as palmeiras se justifica pelo fato de o naturalista ter tomado nota de dezenas delas, o que o levou não somente ao registro das nomeações e empregos locais, mas também ao envio de remessas de mudas, sementes, frutos e fibras para Portugal e à produção de desenhos botânicos pelos riscadores da expedição. Chama atenção ainda a insistência para o cultivo de espécies de palmeiras nas proximidades das povoações e núcleos coloniais, em particular, o da piaçaba na capitania do Rio Negro.

Há, desse modo, confluências com as discussões feitas anteriormente. Assim como os escritos sobre as plantas utilizadas para cura, a origem de boa parte das informações registradas era indígena ou constituída a partir das relações com tais povos. As palmeiras foram descritas de acordo com as premissas científicas em voga, e a partir do interesse em incrementar a economia colonial e para a sobrevivência nos sertões. Soma-se a isso, ainda, o fato de a cultura de plantas nativas ser vislumbrada como uma estratégia para a fixação dos indígenas nas povoações lusitanas, evitando deserções e combatendo o estado de ruína de algumas delas.

A publicação do Conselho Federal de Cultura, datada de 1972, reuniu os manuscritos de Rodrigues Ferreira enquadrados nos campos da zoologia e botânica. Entre as cinco memórias botânicas, duas são dedicadas exclusivamente para as palmeiras. Na *Memória sobre as palmeiras que eu vi e me informaram os práticos de mato que haviam [sic] nas matas do Estado do Grão Pará* e na *Memória sobre as palmeiras do Estado do Grão Pará cujas folhas servem para se cobrirem casas e para outros usos*, o naturalista (Ferreira, 1972) tomou notas sobre os seguintes exemplares vegetais:

**QUADRO 1** – Palmeiras do Pará e Rio Negro

NOME INDÍGENA	USOS LOCAIS	NOME CIENTÍFICO
<i>Uassahy-uaçú</i> <i>Uassahy-mirim</i>	Folhas: cobertura de casa Tronco: forros de casas e barcos Bainha das folhas e frutos: alimentação	<i>Euterpe jatapuensis</i>
<i>Bacába ou YucánaYucána-mirim</i>	Folhas: toldos de canoa, cobertura de casas Frutos: alimentação	<i>Oenocarpus bacaba</i> , <i>Oenocarpus distichus</i>
<i>Pataua</i>	Folhas: cobertura de casa Espinhos do tronco: flechas ou setas de zarabatanas Frutos: alimentação	<i>Jesseniamumbaca</i>
<i>Tucumá-uaçú</i> <i>Tucumá-mirim</i> <i>Tucumá-hy</i>	Folhas: produção de baús, cestos, tabuleiros, bandejas chapéus, balaio. Frutos: alimentação.	<i>Astrocaryumtucuma</i> , <i>Astrocaryum princeps</i> , <i>Astrocaryum acaule</i>
<i>Tucúm</i>	Folhas: quando jovens, para linhas para pescar, lancear, produzir redes, maquiras	<i>Bactrisacanthocarpa</i> , <i>Bactriscuybensis</i>
<i>Mocajá</i>	Frutos: alimentação	<i>Acrocomiasclerocarpa</i>
<i>Murutim</i>	Frutos: alimentação, rolas, velas de pequenas embarcações	-
<i>Murú-murú</i>	Sementes: alimentação	<i>Astrocaryummururu</i>
<i>Mumbáca</i>	Frutos: alimentação	<i>Astrocaryummumbaca</i>
<i>Pupunha-uaçú</i> <i>Pupunha-mirim</i>	Frutos: alimentação	<i>Guilielmaspeciosa</i>
<i>Paxiúba-uaçú</i>	Tronco: construções	<i>Iriarteaventricosa</i>
<i>Piaçaba</i>	Fibra: produção de cordas	<i>Leopoldina Piassaba</i>
<i>Ibacába</i>	Folhas: cobertura de casa Frutos: alimentação	<i>Oenocarpus bacaba</i>
<i>Inajá</i>	Folhas: cobertura de casa, esteiras, toldos de canoas	<i>Attalea regia</i>
<i>Curuá</i>	Folhas: cobertura de casa	<i>Orbignyaspectabilis</i>
<i>Ubuçu</i>	Folhas: cobertura de casa	<i>Manicariasaccifera</i>
<i>Ubim</i>	Folhas: cobertura de casa, toldos de canoas	<i>Geonomapaniculigera</i>
<i>Caraná</i>	Folhas: cobertura de casa	<i>Mauritiacarana Lepidococcusmacrocladus</i>
<i>Jupaty</i>	Folhas: cobertura de casa	<i>Raphia vinifera</i>

**Fonte:** Adaptado de Ferreira (1972).

Os nomes científicos da terceira coluna foram indicados pelas pesquisadoras da divisão de botânica do Museu Nacional, Emília Albina Alves dos Santos e Elza Fromm Trinta, responsáveis por preparar o material para publicação na década de 1970. Parte das palmeiras foi nomeada e classificada no século XIX por naturalistas estrangeiros, como Alfred Wallace. Este dedicou um livro específico para descrevê-las, *Palm Trees of the Amazon and Their Uses*, de 1853. O material pode ser considerado um "exemplar sobre como as populações locais, particularmente indígenas, contribuíam não só com as necessidades logísticas das viagens, mas ainda compartilhavam conhecimentos sobre a natureza" (Antunes, 2021, p. 9). Segundo confessado por Wallace, algumas palmeiras se assemelhavam em suas características exteriores, sendo os indígenas que lhe ensinavam a distingui-las.

Nas memórias sobre as palmeiras, Ferreira (1972) se deteve na denominação e descrição utilitária delas. Além de discriminar os usos locais, em especial os indígenas, acrescentou os lugares onde nasciam, o tamanho que atingiam, as fases de desenvolvimento, as características dos caules e folhas e o período de frutificação. Tais descrições foram acrescidas, como dito, de remessas de plantas para Lisboa, o que pode indicar a intenção de classificar e desenvolver estudos mais aprofundados depois de concluída a missão no ultramar.

Na lista elaborada por Luís Pereira da Cunha, um dos interlocutores e responsáveis por enviar os produtos naturais coletados para o Real Gabinete de História Natural, consta o envio de caixas com mudas de diferentes "palmeiras, comumente utilizadas pelos ameríndios", além de cachos de frutos secos e fibras (Sanjad; Pataca; Santos, 2021, p. 20). Os desenhos botânicos, como os das palmeiras pupunha e da piaçaba, também podem ser indícios de que havia interesse em nomeá-las e classificá-las,

uma vez concluída a viagem.

Importante destacar que havia um certo consenso, na época, de que os naturalistas em campo deveriam saber desenhar ou ser acompanhados por riscadores. Textos, imagens e coleção de produtos naturais legados de expedições científicas dialogam e se complementam. Ao analisar a formação letrada da mocidade luso-brasileira entre fins do século XVIII e início do XIX, Schiavinatto (2023) considerou que o desenho era uma:

[...] espécie de linguagem instrumental útil e necessária, que conseguiria federar uma série de conhecimentos e habilidades cognitivas, podendo valer-se ou não de instrumentos, cálculos matemáticos, proporção e simetria para garantir precisão.

Muitas vezes concluído ou refeito depois de terminada a viagem:

[...] permitia duplicar em imagem o que a descrição não conseguia contar, repunha um ser quando era impraticável de ser embalada e remetida em sua totalidade mesmo para melhor apreender um animal ou planta embalada (Schiavinatto, 2023).

É o que podemos observar no desenho botânico da pupunha reproduzida em sua totalidade (Figura 1), incluindo raiz, caule, frutos e folhas, e em recortes aproximados e ampliados de seus frutos, sementes e folhas<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Os desenhos citados neste artigo podem ser consultados no site da Biblioteca Nacional. Optou-se somente por incluir o da pupunha (Codina, [1785]), a fim de elucidar o interesse científico pelas palmeiras, vislumbrado através da associação entre descrição textual, imagética e envio de remessas para Lisboa.



**Figura 1** – Pupunha  
**Fonte:** Codina (1785).

De acordo com o naturalista, *apupunha-uaçú* e *pupunha-mirim*, que se diferenciavam pelo tamanho, anunciavam ao viajante a proximidade das povoações, "pois os índios plantam-nas nas cercanias de suas aldeias para aproveitarem seus frutos" (Ferreira, 1972, p. 234). Não eram somente eles que as cultivavam próximo às suas casas, por serem apreciadas para alimentação, os lavradores do Pará, de forma geral, as transplantavam. Elas frutificavam entre julho e setembro e suas folhas nasciam em grande quantidade e cresciam em caule liso e reto.

Como é de esperar, a pupunha se diferia das demais palmeiras e, por isso, o naturalista escreveu de forma específica sobre cada uma. As de *uassahy-uaçú* nasciam nas "várzeas e lugares úmidos nas margens dos rios" (Ferreira, 1972, p. 237) e atingiam 15 metros de altura e 44 a 66 centímetros de diâmetro. As suas folhas estreitas eram utilizadas na cobertura das casas e, das suas bainhas, era retirado o palmito. Este tinha "gosto de erva, um pouco adocicado e admite toda qualidade de tempero" (Ferreira, 1972, p. 237). O vinho de *uassahy*, bebida de notável consumo, era extraído do seu fruto a partir do seguinte procedimento:

[...] esfregam-se os coquinhos em água fria ou morna para maior rapidez da operação e obtém-se uma tinta vinosa [sic], que adoçada ou não com açúcar, produz uma bebida oleosa e amarga, com sabor de erva e que tomada em grande quantidade depois do jantar, causava indigestão. Havia uma variação dessa palmeira, a *uassahy-mirim*, que se distinguia apenas por não crescer tanto e pelos seus frutos serem um pouco menores (Ferreira, 1972, p. 237).

Já a palmeira de *patauá* crescia em terra firme e frutificava entre março e maio. O seu tronco jovem era "crivado de agudíssimos espinhos", só tendo serventia, segundo o naturalista, para confeccionar "flechas ou setas envenenadas disparadas pelas zarabatanas" (Ferreira, 1972, p. 237). Do seu fruto se produzia azeite e vinho. O azeite era extraído dos coquinhos cozidos e escorridos de um dia para o outro a fim de extrair a umidade. Em seguida, eram pisados no pilão até "serem reduzidos a uma massa que é espremida no tipiti" (Ferreira, 1972, p. 238); por fim, escorria-se o óleo. O vinho de *patauá* era extraído do mesmo modo que o do *uassahy*.

A palmeira de *tucumã-uaçú* nascia nas matas de terra firme, frutificava de março a maio, tinha o tronco cheio de espinhos e seus frutos maduros tinham cor amarela. Quando novas, as folhas não eram aproveitadas para a cobertura das casas, pois tinham "agudíssimos espinhos nas margens" (Ferreira, 1972, p. 239), mas eram manipuladas com engenho para a confecção de baús, cestos, tabuleiros, bandejas, chapéus, baldios, por indígenas que viviam nas proximidades do rio Tapajós. O vinho de *tucumã* era extraído dos frutos seguindo o seguinte processo: os coquinhos eram enterrados cobertos de cinza e, uma vez amolecidos, eram pisados no pilão.

Seguindo esse padrão de descrição, Rodrigues Ferreira construiu as duas Memórias sobre as palmeiras, destacando as semelhanças e diferenças das plantas e as nomeando e conferindo usos conforme era informado localmente. Uma delas não foi contemplada de forma detalhada nestas Memórias, mas recebeu a sua atenção no diário produzido na Capitania do Rio Negro. Trata-se da palmeira conhecida popularmente como *piaçaba*, a qual seria de grande proveito para a produção

de cordas utilizadas na navegação pelos rios. Embora com menos detalhes que a pupunha, ela também foi desenhada por Codina em sua completude e com recortes e aproximações em partes específicas (Codina, [17--]).

No Diário do Rio Negro, no qual a piaçaba foi mencionada inúmeras vezes, um dos objetivos centrais foi descrever as condições das povoações e lugares estabelecidos pela Coroa portuguesa, com especial atenção às produções agrícolas, vistas como estratégicas para a fixação dos indígenas e para geração de riqueza (Pataca, 2022; Raminelli, 1998). A atenção de Ferreira (2007) recaía sobre as espécies trazidas de fora e ali transplantadas, como o café, o arroz e a cana, mas também acerca da cultura das plantas indígenas e exóticas.

É o que justificava a correspondência endereçada a Amaral (1787), para quem solicitou notícias dos vegetais nativos para incorporar na História Filosófica e Política do Rio Negro. Como resposta, recebeu uma descrição, intitulada *Tratado da agricultura particular do Rio Negro*, dos gêneros cultivados na capitania (Amaral, [1787]). Amaral foi qualificado como o lavrador mais curioso da região, tendo em vista que não somente estudava as plantas do país, mas também transplantava para as suas roças "as palmeiras mucajá, tucumã-mirim e está para transplantar a piaçaba" (Ferreira, 2007, p. 253).

Elogio semelhante recebeu o cirurgião Antônio José de Araújo Braga, o qual, na vila de Barcelos, havia formado um "pequeno horto botânico no quintal do quartel da sua residência" (Ferreira, 2007, p. 122). Ele conjugava os conhecimentos da cirurgia médica com "a curiosidade de cultivar as plantas úteis do país" (Ferreira, 2007, p. 122). Foi o que fez o naturalista depositar em sua confiança os pés de piaçaba trazidos do rio Padauri, defendendo que:

É este um artigo tão recomendável por si mesmo, para o bom êxito da navegação pelas cachoeiras deste rio, que até eu, que ainda agora a empreendi, conheço e afirmo que, ou se não deve dispensar, ou a dispensá-lo, o governo interino não se queixe depois dos naufrágios das canoas régias e, muito menos, as sobrecarregue aos cabos (Ferreira, 2007, p. 98).

E não eram somente os agentes coloniais que estavam a trazer a piaçaba para mais perto das povoações ou que eram vistos como potenciais cultivadores da palmeira. O naturalista registrou que, próximo da povoação de Caldas, "dentro do rio dos Canaburis", viu exemplares da palmeira, sendo informado de que "se conservavam desde o tempo que o gentio para ali descido os tinha plantado" (Ferreira, 2007, p. 122). O cultivo regular da piaçaba era recomendado ainda, pois, além de aprimorar o controle e tirar mais proveito econômico, poderia evitar que os indígenas instalados nas povoações portuguesas adentrassem nos sertões para retirá-las.

Não foram abordadas as relações dos povos indígenas nesse contexto com a piaçaba. No entanto, não há dúvida de que eles eram vistos como uma mão de obra em potencial para cultivá-la. Mais do que trabalhadores, os diferentes povos indígenas eram vislumbrados pelo próprio Ferreira, como bem notado por Domingues e Alves-Melo (2021, p. 172), como detentores de "conhecimentos válidos sobre assuntos específicos e detinham saberes que eram determinantes quando se tratava de avaliar a utilidade, o valor e a eficácia dos produtos naturais ou de técnicas". Desse modo, além de serem importantes no processo de reconhecimentos e usos variados dos vegetais, estavam entre os sujeitos capazes de cultivar as plantas nativas.

Alexandre Rodrigues Ferreira se alongou na descrição das palmeiras por considerar que os usos locais empregados poderiam ser ampliados. Além disso, elas poderiam ser cultivadas nas povoações portuguesas e, junto com outros gêneros agrícolas, ser um instrumento para disciplinar o trabalho e estimular a fixação nesses lugares. Ele não recorreu ao modelo taxonômico elaborado por Lineu para a nomeação, sendo mantidas as denominações "vulgares". Talvez fosse sua intenção completar a classificação quando retornasse à Lisboa e tivesse à sua disposição livros e as remessas de mudas, sementes, frutos e fibras. De todo modo, os materiais produzidos tendo como base os saberes indígenas circularam no período e posteriormente, ainda que tenham sido

invisibilizados ou hierarquizados por sujeitos e instituições.

### Considerações finais

Embora a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira figure entre as mais estudadas do período, são recentes os esforços de demarcar a atuação e os conhecimentos de outros sujeitos, para além dos que formavam a equipe com formação especializada chefiada pelo naturalista, na construção do inventário da natureza da Amazônia. A proposta deste artigo foi somar esforços às pesquisas historiográficas atentas à presença dos saberes indígenas no que se convencionou chamar de ciência europeia. Argumentamos que tais conhecimentos e um manejo específico do mundo natural foram registrados com a intenção de incrementar a economia colonial e para a sobrevivência nos sertões.

No mais, tais saberes foram incorporados aos estudos da história natural, em um momento em que a ciência se consolidava com base na razão, observação e experimentação. Os estudos sobre natureza das colônias, em particular da botânica, mantiveram laços estreitos com os interesses políticos e econômicos dos reinos colonialistas. Posto isto, as descrições e a circulação/aclimação de espécies de plantas se faziam de acordo com os interesses geopolíticos e com as tentativas de manutenção da soberania portuguesa em regiões marcadas por disputas territoriais, como era o caso dos sertões das capitanias do Pará e de São José do Rio Negro.

Na esteira desse processo, os povos indígenas, além de terem os seus saberes e usos registrados, eram vistos como sujeitos capazes de cultivar os "vegetais úteis". A cultura de plantas era vislumbrada como uma estratégia para a fixação dos indígenas nas povoações lusitanas, evitando deserções e combatendo o estado de ruína de algumas delas. Desse modo, a botânica e a agricultura estavam relacionadas às estratégias para promover a territorialização do poder colonial no interior do continente americano. Vale lembrar que o estímulo para "trazer as plantas para mais perto de nós" esteve associado ao

envio de remessas de exemplares para Lisboa, sobretudo para o Jardim Botânico e para o Museu de História Natural da Ajuda. Tratava-se, então, de uma produção marcadamente utilitária acerca da flora amazônica.

Por outro lado, nos debruçamos sobre as fontes produzidas pelo naturalista a fim de demarcar que os seus escritos, acompanhados de desenhos e envio de remessas, se valeram amplamente dos conhecimentos indígenas para identificar a diversidade das plantas. Reunimos fragmentos que atestam a presença destas populações na construção de informações que circulavam entre a América e a Europa, mas que ganhavam uma dimensão global. Em grande medida, não é possível nomear estes ativos sujeitos e demarcar as suas origens étnicas, o que não impede de evidenciarmos a existência de uma "rede invisível" de saberes e sujeitos com atuação direta nas viagens filosóficas setecentistas.

A reflexão proposta recaiu sobre duas gamas de vegetais: os utilizados para cura, em especial no tratamento de picada de cobras e outros animais venenosos, e sobre a diversidade das palmeiras do Pará e Rio Negro. Nos pareceu suficiente para demarcar empiricamente o argumento de que a origem de boa parte das informações coletadas era indígena. No entanto, há ainda outras fontes que corroboram essa ideia e que podem ser exploradas em estudos futuros. Destacamos algumas Memórias específicas sobre as nações indígenas – tal como a sobre os Cambéba que "fabricavam a célebre resina elástica, chamada vulgarmente leite de seringa" (Ferreira, 1974, p. 51) – ou a Memória sobre as *Enfermidades Endêmicas da Capitania de Mato Grosso* (Porto, 2008), que congregou práticas de cura locais e europeias para enfrentar as febres nos sertões.

É imprescindível ponderar que Alexandre Rodrigues Ferreira mantinha uma complexa e contraditória relação com os povos indígenas. Em diálogo com letrados do período e se valendo das suas experiências na América, ele explicou as diferenças humanas a partir de pressupostos da ciência da época, quando prevalecia a ideia de que o homem branco ocupava o degrau mais

elevado da escala civilizacional. Se, por um lado, o naturalista recorria aos saberes indígenas sobre as plantas e outros ramos da natureza, por outro, ele ajudava a construir as narrativas que consideravam os povos indígenas como rudes, primitivos e pouco capazes intelectualmente.

Os escritos de Rodrigues Ferreira não foram publicados no período, assim como o naturalista não aprofundou o estudo botânico das plantas coletadas durante a expedição. Mas é conhecido o fato de a sua produção ter sido acessada por gerações sucessivas de botânicos, zoólogos, antropólogos, historiadores e por um público mais amplo, na medida em que parte dos artefatos, desenhos e escritos estão disponíveis em sites na internet e espaços de exposição. Sua obra – ainda que marcada pelos interesses coloniais, os quais foram desagregadores de modos de vida e da própria diversidade da flora amazônica – foi construída a partir de muitas vozes. Está, desse modo, entremeada por conhecimentos e manejos indígenas do mundo natural que precisam ser evidenciados no tempo presente.

## Referências

ALMEIDA, Danielle Sanches de. *O trato das plantas: os intermediários da cura e do comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808*. 2017. 382 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24046>. Acesso em: 25 mar. 2024.

ALMEIDA, Gabriela Berthou de. Vidas e saberes em trânsito: os indígenas preparadores Cipriano de Souza e José da Silva e a viagem filosófica na Amazônia colonial portuguesa (1783-1798). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 16-31, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53727/rbhc.v15i1.730>. Acesso em: 4 abr. 2024.

AMADO, Janaina. Região, sertão e nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

AMARAL, Antônio Vilela do. *Tratado da agricultura particular do Rio Negro*. [S. l.: s. n.], [1787]. 38 f. Original. Localização: Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira. Proveniente da Coleção [Lagos]. CEHB, Códice: 12.907, ABN, v. 72, p. 130, Documento 20. Disponível em: [https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1456761/mss1456761.pdf](https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456761/mss1456761.pdf). Acesso em: 29 abr. 2024.

ANTUNES, Anderson Pereira. *A rede dos invisíveis: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866)*. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20457>. Acesso em: 25 mar. 2024.

ANTUNES, Anderson Pereira. Saberes locais e a formação de coleções de história natural nas expedições científicas do oitocentos. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 55, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://anaismhn.museus.gov.br/index.php/amhn/article/view/215/149>. Acesso em: 29 abr. 2024.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013, p. 181-227.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulário português e latino*. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Majestade, 1720. v. 6. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5442>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRIGOLA, João. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII: museu, viagem e história natural: expedições científicas ao Brasil e à África*. Lisboa: Novas Edições Acadêmicas, 2019. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/25913>. Acesso em: 29 abr. 2024.

CARDOSO, Alírio. *Amazônia na monarquia hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica (1580-1655)*. São Paula: Alameda, 2017.

CARNEIRO, Henrique. O saber indígena e os naturalistas europeus. *Trajetos: Revista de História da UFC*, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 47-66, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28596>. Acesso em: 25 mar. 2024.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (séculos XVII e XVIII). *Esboços*. Florianópolis, v. 26, n. 41, p. 84-103, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2019v26n41p84>. Acesso em: 29 abr. 2024.

CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUZA JUNIOR, José Alves de (org.). *Novos olhares sobre a Amazônia colonial*. Umarizal: Pakatatu, 2016.

CODINA, Joaquim José. *Pupunha*. [1785]. 1 desenho, aquarela, color., 26,5 x 17,0 cm em f. 34,5 x 24,5 cm. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=1197](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1197). Acesso em: 20 fev. 2024.

CODINA, Joaquim José. *Leopoldimia piassaba*. [17--]. Biblioteca Nacional, Loc. Original: 21A, 2, 017, n. 025 – Manuscritos. Disponível em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=1198](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1198). Acesso em: 20 fev. 2024.

DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1991.

DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a viagem filosófica à Amazônia, 1783-1792. *Ler História*, Lisboa, n. 78, p. 157-178, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.7879>. Acesso em: 21 mar. 2022.

DRAYTON, Richard. *Nature's government: science, imperial britain, and the "improvement" of the world*. New Haven: Yale University Press, 2000.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro: com a informação do estado presente*. Rio de Janeiro: Kapa, 2007.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Representação (cópia/capítulo) do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro [...]. Pará: Arquivo Histórico Ultramarino, 1786. Original: AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 95, d. 7559.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica: pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1972. (Coleção Memórias Antropologia).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica: pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Brasília: Conselho Federal de Cultura, 1974. (Coleção Memórias Antropologia).

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. Alexandre Rodrigues Ferreira: as estratégias narrativas das "observações gerais e particulares sobre a classe dos mamais" (1790). *História*, São Paulo, v. 42, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2023001>. Acesso em: 11 abr. 2024.

FONSECA, Fernando Taveira da; ARAÚJO, Ana Cristina (coord.). *A universidade pombalina: ciência, território e coleções científicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

HERZOG, Tamar. *Fronteiras da posse, Portugal e Espanha na Europa e na América*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. *Estudos de Cultura Material*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142009000200007>. Acesso em: 27 abr. 2024.

KURY, Lorelai. A filosofia das viagens: Vandelli e a história natural. In: BRIGOLA, João et al. (org.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008. p. 73-82.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780- 1810). *Revista História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000400006>. Acesso em: 27 abr. 2024.

LARA, Sílvia Hunold. *Fragments setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português: entre práticas e representações científicas e artísticas*. 2015. 385 f. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.48.2016.tde-27042016-091023>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PATACA, Ermelinda Moutinho. Observações e experiências de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre agricultura no Pará (1784). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 1, n. 81, p. 42-62, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/197094>. Acesso em: 21 mar. 2024.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. 2006. 455 f. Tese (Doutorado em Ensino e História das Ciências da Terra) – Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/364616>. Acesso em: 27 abr. 2024.

POMPEU, André José Santos; VIANA, Wania Alexandrino. Sujeitos sertanejos na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). *História e Cultura*, Franca, v. 9, n. 1, p. 258-275, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v9i1.3098>. Acesso em: 27 abr. 2024.

PORTO, Ângela de Araújo (org.). *Enfermidades endêmicas da capitania de Mato Grosso: a memória de Alexandre Rodrigues Ferreira*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.

RAJ, Kapil. Além do pós-colonialismo... e pós-positivismo: circulação e a história global da ciência. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 164-175, dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/revmar.2015.20133>. Acesso em: 27 abr. 2024.

RAJ, Kapil. Mapping knowledge go-betweens in Calcutta, 1770-1820. In: SCHAFFER, Simon et al. *The brokered world: go-betweens and global intelligence, 1770-1820*. Sagamore Beach: Science History Publications, 2009. p. 105-150.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 157-182, 1998. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artg6-10.pdf](https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf). Acesso em: 27 abr. 2024.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo à distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RAMINELLI, Ronald; SILVA, Bruno da. Teorias e imagens antropológicas na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, v. 9, n. 2, p. 323-342, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-81222014000200005>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa. In: PRIORI, Mary del; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 123-139

SANJAD, Nelson; PATACA, Ermelinda; SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. Knowledge and circulation of plants: unveiling the participation of Amazonian indigenous peoples in the construction of 18th and 19th Century botany. *HoST: Journal of History of Science and Technology*, Lisboa, v. 15, n. 1, p. 11-38, jun. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2478/host-2021-0002>. Acesso em: 27 abr. 2024.

SANTOS, Rafael Rogério Nascimento dos. "Melhores mestres...": saberes indígenas e ciência colonial no vale amazônico (século XVIII). 2023. 251 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16210>. Acesso em: 23 mar. 2024.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Visualidade e poder: ensaios sobre o mundo lusófono, 1770-1840*. Campinas: UNICAMP, 2023.

SIMON, William Joel. *Scientific expeditions in the Portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

VANDELLI, Domingos . Carta de Vandelli ao marquês de Angeja. In: BRIGOLA, João *et al.* (org.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008a. p. 86-88.

VANDELLI, Domingos. Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar (1779). In: BRIGOLA, João *et al.* (org.). *O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008b. p. 93-158.

---

## Gabriela Berthou de Almeida

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil. Professora da Universidade Estadual do Piauí, campus Floriano, Floriano/PI, Brasil.

---

### Endereço para correspondência:

#### GABRIELA BERTHOU DE ALMEIDA

Universidade Estadual do Piauí

BR-343, s/n

Campo Velho, 64800-000

Floriano, PI, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*